

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 3/2025**
UASG: 987541**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** /2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 20/1/2024

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O município de Dois Vizinhos enfrenta desafios socioeconômicos que impactam diretamente a qualidade de vida de suas populações mais vulneráveis. A desigualdade de renda, o desemprego e a precarização do trabalho são fatores que contribuem para a insegurança alimentar de diversas famílias. Dados levantados em âmbito nacional e regional mostram que um percentual significativo da população vive abaixo da linha da pobreza¹, com dificuldades em suprir necessidades básicas como alimentação.

Esse cenário é agravado em períodos de crises econômicas, desastres naturais ou emergências de saúde pública, como a pandemia recente, que ampliou a vulnerabilidade social. As famílias que vivem nessas condições geralmente possuem baixa escolaridade, enfrentam dificuldades de acesso a serviços públicos e dependem de auxílios eventuais para garantir a sobrevivência.

A Lei Municipal nº 1.664/2011, alterada pela Lei nº 2.822/2024, regulamenta o Programa de Benefícios Eventuais (PBE), que é um importante instrumento para a concessão de auxílio alimentação, incluindo cestas básicas, a famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. O objetivo central desse programa é assegurar o mínimo existencial, conforme os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

De acordo com o Art. 22 da LOAS, os benefícios eventuais são garantias que visam atender demandas emergenciais e transitórias das famílias em vulnerabilidade. Essa legislação orienta que a assistência social deve priorizar a proteção às famílias, garantindo a dignidade humana e a redução das desigualdades.

A Secretaria de Assistência Social tem como missão desenvolver políticas públicas que promovam a proteção social básica e especial. A entrega de cestas básicas está inserida no escopo dessas políticas, sendo um componente essencial para enfrentar situações de insegurança alimentar, desnutrição e outras carências que afetam negativamente o desenvolvimento humano.

Além disso, a secretaria atua de forma integrada com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação, para proporcionar uma resposta eficaz às necessidades das famílias assistidas. A distribuição de cestas básicas é acompanhada de ações socioeducativas e de monitoramento, visando não apenas resolver a necessidade imediata, mas também promover a autonomia das famílias.

A contratação de cestas básicas visa atender às famílias cadastradas nos serviços socioassistenciais do município, especialmente aquelas acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Muitas dessas famílias enfrentam situações de extrema pobreza, violência doméstica, desemprego e falta de acesso a serviços básicos, o que as torna altamente vulneráveis a violações de direitos.

A composição das cestas, conforme definido na legislação municipal, atende a critérios de qualidade e adequação nutricional, garantindo o suprimento de itens básicos como arroz, feijão,



leite em pó, óleo, proteínas e outros produtos essenciais para a alimentação saudável. A especificação detalhada desses itens está disposta na Lei Municipal 2822/2024 e é fundamental para assegurar que as famílias atendidas tenham acesso a alimentos nutritivos e seguros.

A aquisição de cestas básicas não é apenas uma resposta às demandas emergenciais, mas uma medida preventiva e reparadora, que contribui para a redução de desigualdades e a promoção da justiça social. Esse benefício é um dos pilares para garantir o direito humano à alimentação, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, a iniciativa fortalece o vínculo entre o poder público e a comunidade, demonstrando o compromisso da administração municipal com a melhoria das condições de vida da população mais vulnerável. Ao garantir a segurança alimentar, o município promove a saúde, reduz os impactos da pobreza extrema e cria condições mais favoráveis para o desenvolvimento social e econômico.

ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A contratação está prevista no PAC 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024, atualização: 25/10/2024
- III) Id do item no PCA: 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718
- IV) Classe/Grupo: açúcar, confeitos, castanhas, nozes e similares, produtos de panificação e cereais, frutas, verduras e legumes, ovos e laticínios, óleos e gorduras comestíveis, compostos e preparados para limpeza e polimento, condimentos e produtos correlatos.
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-16/2025

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Pois bem, os requisitos da contratação serão divididos em requisitos de entrega, e nesta seção também serão elencados os documentos específicos da qualificação técnica.

Dos requisitos de entrega:

1. A entrega das cestas básicas será realizada de forma contínua e conforme a disponibilidade operacional da contratada, mediante apresentação das requisições fornecidas pelos usuários atendidos pela Secretaria de Assistência Social. Essa flexibilidade permite que o fornecimento atenda à demanda variável e emergencial, além de garantir a eficiência no atendimento às famílias.
2. A Secretaria de Assistência Social não possui espaço físico adequado para o armazenamento das cestas básicas. Essa limitação é particularmente crítica no caso da proteína de frango, que deve ser mantida congelada para garantir sua qualidade e segurança alimentar. A entrega direta pela contratada às famílias eliminam esse problema logístico, evitando desperdícios e preservando a integridade dos alimentos.
3. As cestas básicas deverão ser entregues diretamente pela contratada, mediante apresentação de requisições previamente emitidas pela Secretaria de Assistência Social. As requisições conterão as informações necessárias para identificar os beneficiários e o quantitativo de cestas a ser entregue, garantindo a transparência e a rastreabilidade no processo de distribuição. Em datas a serem definidas junto a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, a contratada entregará as requisições para pagamento das cestas distribuídas.
4. A contratada deverá assegurar que todos os itens das cestas básicas, incluindo os alimentos perecíveis como a proteína de frango, sejam armazenados e transportados em condições adequadas de higiene e temperatura. Isso é essencial para garantir a qualidade e a segurança dos produtos até o momento da entrega aos beneficiários.



5. A contratada deverá atender às solicitações de entrega em prazos compatíveis com as necessidades emergenciais dos beneficiários, considerando o caráter essencial do benefício. A logística deverá ser planejada para atender de forma eficiente as requisições emitidas pela Secretaria, garantindo a satisfação das famílias atendidas.
6. O horário de entrega deverá ser de 8h às 12h e 13h30min às 17h30min, podendo ser alterado, mediante acordo entre Secretaria de Assistência Social e Cidadania e a contratada.
7. Em sua proposta a empresa deverá indicar a marca dos produtos da Cesta Básica, devendo fornecer a marca indicada por todo o período indicado. Eventual necessidade de troca de marca deverá ser solicitada ao Município, com condição de aceite por parte da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.
8. Em períodos de normalidade, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega das cestas básicas solicitadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Requisição da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.
9. Em períodos de anormalidade, assim considerados aqueles em que houver a decretação de situação de emergência ou calamidade pública, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega das cestas básicas solicitadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da Requisição.
10. A Entrega deverá ser realizada nos endereços indicados pelas empresas credenciadas.

Os requisitos acima foram definidos para atender ao interesse público de forma eficiente, considerando as particularidades operacionais da Secretaria de Assistência Social e as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. A exigência de entrega direta e programada pela contratada evita problemas de armazenamento e desperdício, especialmente para alimentos que necessitam de conservação especial, como a proteína de frango.

Além disso, o modelo proposto assegura a preservação da qualidade dos alimentos, a integridade do serviço prestado e a transparência no uso dos recursos públicos. A contratação de uma empresa com capacidade operacional para atender a esses requisitos contribui para a efetividade do Programa de Benefícios Eventuais e para a promoção da segurança alimentar da população mais vulnerável.

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação;
- b) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de requisições e contratações do Município, o qual realizava a licitação da cada 6 (seis) meses em média, considerando que a partir deste ano a contratação levará em conta o cálculo para 12 (doze) meses, estima-se a quantidade de 6.000 (seis mil) cestas básicas.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

A análise das alternativas para a distribuição de cestas básicas no município de Dois Vizinhos revelou diferentes possibilidades, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos. A primeira alternativa seria a aquisição direta e o gerenciamento interno pela Secretaria de Assistência Social. Nesse modelo, a Secretaria seria responsável pela compra individual dos itens que compõem as cestas básicas, além da montagem e da distribuição. Apesar de permitir maior controle sobre os produtos adquiridos, essa opção apresenta desvantagens significativas, como a necessidade de espaço adequado para armazenamento, incluindo condições específicas para alimentos perecíveis, como a proteína de frango, que requer congelamento. Além disso, implicaria



em maior custo operacional, pois demandaria recursos humanos e logísticos para o gerenciamento do processo, além de equipamentos e infraestrutura que atualmente a Secretaria não possui.

Outra alternativa analisada seria a celebração de parcerias com entidades do terceiro setor, como ONGs ou associações, para a distribuição das cestas. Embora essa modalidade pudesse reduzir a carga administrativa para a Secretaria, apresenta limitações importantes. As entidades parceiras muitas vezes enfrentam desafios financeiros e operacionais para atender às demandas em larga escala, além de potenciais dificuldades de fiscalização e controle de qualidade na entrega dos benefícios. Adicionalmente, a ausência de um processo formal nessa modalidade poderia limitar a transparência e a competitividade no uso dos recursos públicos, contrariando os princípios da administração pública.

Por fim, a solução considerada mais viável e eficiente foi o credenciamento de fornecedores para o fornecimento das cestas básicas. Com base no Art. 79, Inciso II da Lei de Licitações e Contratos, o credenciamento possibilita que a seleção do contratado fique a critério dos beneficiários diretos da prestação. Nesse modelo, a Secretaria de Assistência Social estabelece os requisitos para credenciamento de fornecedores qualificados, que serão responsáveis pelo fornecimento das cestas básicas diretamente aos beneficiários, conforme a escolha destes. Esse formato garante maior autonomia aos beneficiários e respeita as especificidades e preferências de consumo, além de assegurar que a distribuição atenda plenamente às necessidades locais.

Justificativa Técnica e Econômica para o Credenciamento de Fornecedores de Cestas Básicas

A opção pelo credenciamento de fornecedores fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos. Do ponto de vista técnico, o credenciamento permite que a Secretaria de Assistência Social defina padrões claros de qualidade e especificações para as cestas básicas, que dizem respeito ao descritivo dos alimentos a serem ofertados, que foram atualizados no último ano, garantindo que os fornecedores credenciados atendam às normas sanitárias e às condições adequadas de conservação de alimentos, especialmente para itens perecíveis, como a proteína de frango. Ademais, essa modalidade assegura uma fiscalização mais eficaz, pois cada fornecedor é avaliado previamente quanto à sua capacidade de atender à demanda do município. Antes de efetivar o credenciamento, as empresas interessadas deverão indicar um local para que a Secretaria de Assistência Social realize uma vistoria, avaliando se os requisitos mínimos para o fornecimento serão atendidos. Essa avaliação garantirá que os fornecedores possuem estrutura e condições adequadas para atender às demandas do município.

Segue abaixo uma tabela com os critérios de avaliação que serão utilizados durante a vistoria:

Critério Avaliado	Pontuação
Existência de congelador para as proteínas	2 pontos
Ponto de entrega no município de Dois Vizinhos	2 pontos
Espaço físico suficiente para armazenamento de em média 250 cestas	2 pontos
Disponibilidade para entregas emergenciais	2 pontos
Experiência anterior em fornecimento similar	2 pontos

Para serem credenciadas, as empresas deverão obter no mínimo 6 pontos na avaliação. Essa exigência assegura que somente fornecedores qualificados e com condições estruturais adequadas sejam contratados, garantindo a qualidade e a eficiência na execução do benefício.

Do ponto de vista econômico, o credenciamento proporciona maior competitividade, uma vez que abre oportunidade para que diferentes fornecedores participem do processo, ampliando a oferta e promovendo a otimização dos recursos públicos. Além disso, permite que os beneficiários escolham diretamente de qual fornecedor retirarão as cestas, incentivando a melhoria dos serviços prestados e garantindo maior satisfação das famílias atendidas.

Adicionalmente, o credenciamento elimina custos com armazenamento e transporte, uma vez que os fornecedores são responsáveis pela distribuição direta das cestas aos beneficiários. Isso é



particularmente vantajoso para a Secretaria, que não possui infraestrutura adequada para armazenamento e gestão logística.

Em termos de transparência, o credenciamento segue os princípios da administração pública, assegurando que todos os fornecedores interessados tenham igualdade de condições para se habilitar, desde que atendam aos requisitos estipulados. O processo também permite o monitoramento constante dos serviços prestados, reforçando o compromisso com a qualidade e a eficiência.

Assim, o credenciamento de fornecedores para a distribuição de cestas básicas apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às demandas da Secretaria de Assistência Social, promovendo uma solução moderna, eficiente e alinhada às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos.

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, faz-se necessária a análise sobre o enquadramento da atividade de aquisição e distribuição de cestas básicas – está enquadrada entre as hipóteses abrangidas pelo regime do Simples Nacional. A legislação estabelece que o Simples Nacional é um regime tributário simplificado destinado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que suas atividades não estejam entre aquelas vedadas pela lei.

No caso em análise, a aquisição de cestas básicas atividade que, por si só, não configuram vedações explícitas ao enquadramento no Simples Nacional, conforme as disposições da Lei Complementar nº 123/2006. Assim, empresas optantes por este regime tributário podem participar do certame, desde que atendam aos critérios de capacidade técnica e operacional estabelecidos no edital. Com base nisso, o edital será redigido para garantir ampla concorrência, observando os princípios da isonomia e competitividade, permitindo a participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que atendam aos requisitos legais. A redação do edital assegura a verificação do enquadramento tributário das empresas participantes, sem prejuízo de eventual impedimento, caso se identifique vedação específica ao regime do SIMPLES.

Portanto, conclui-se que a aquisição e distribuição de cestas básicas pode ser realizada com empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que cumpram as condições legais, não havendo impedimentos que comprometam a legalidade ou competitividade do certame. Assim, a redação adotada no edital é justificada e está em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);

Estima-se o valor da contratação em R\$ 1.495.020,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, vinte reais). O valor estimado teve como base o valor dos produtos lançado no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, acrescido do índice INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses, que no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar foi de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), já para os itens adicionados através da Lei Municipal nº 2.822/2024, foram consultados um valor mediano na internet, sendo eles R\$ 8,99 (oito reais e noventa e nove centavos) para cada quilograma do item proteína de frango e R\$ 34,99 (trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) para o item Mel.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a aquisição de cestas básicas no município de Dois Vizinhos apresenta uma solução abrangente, detalhada e fundamentada, destinada a atender às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto no Programa de Benefícios Eventuais (PBE). A proposta foi desenvolvida considerando os desafios socioeconômicos enfrentados pelo município, como desigualdade de renda, desemprego e insegurança alimentar, que afetam a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.



A solução destaca a importância da contratação por meio de credenciamento, garantindo a transparência, a competitividade e o melhor aproveitamento dos recursos públicos. A escolha desse modelo foi fundamentada em critérios técnicos e econômicos, assegurando o fornecimento de cestas básicas com especificações nutricionais e qualidade controlada, incluindo itens perecíveis, como proteína de frango, armazenados em condições adequadas de higiene e temperatura. Além disso, a contratação elimina a necessidade de armazenamento pela Secretaria de Assistência Social, que não dispõe de espaço físico e infraestrutura necessários, e permite a entrega direta aos beneficiários, conforme requisições específicas.

A logística flexível, planejada para atender demandas emergenciais, promove eficiência no atendimento às necessidades imediatas das famílias, enquanto ações socioeducativas e de monitoramento acompanham a entrega das cestas, contribuindo para a autonomia dos beneficiários e a redução das desigualdades.

Com estimativa de aquisição de 6.000 (seis mil) cestas básicas ao custo total de R\$ 1.233.960,00 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, novecentos e sessenta reais) o estudo baseou-se em históricos de contratações, índices econômicos e valores de mercado. O modelo adotado permite a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional, ampliando a competitividade do certame, desde que atendam aos requisitos legais e técnicos definidos no edital.

Em síntese, a solução apresentada assegura o atendimento às demandas emergenciais, fortalece o compromisso do poder público com a promoção da segurança alimentar, e contribui para o desenvolvimento social e econômico, alinhando-se aos princípios constitucionais e às diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A iniciativa reforça o papel da administração municipal na melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, promovendo justiça social e dignidade humana.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A justificativa para o não parcelamento da contratação de cestas básicas no município de Dois Vizinhos fundamenta-se em aspectos técnicos, operacionais e econômicos, diretamente relacionados à natureza do objeto e às finalidades do Programa de Benefícios Eventuais (PBE). A aquisição das cestas, em sua integralidade, é indispensável para garantir a padronização e a qualidade dos itens que compõem o benefício, além de assegurar a eficiência logística e o atendimento contínuo às famílias em situação de vulnerabilidade social.

O parcelamento da contratação poderia comprometer a uniformidade na composição das cestas, essencial para garantir a adequação nutricional e a segurança alimentar das famílias beneficiadas. Isso ocorre porque diferentes fornecedores podem apresentar variações nos produtos entregues, como qualidade, marca e embalagem, o que prejudicaria a isonomia no atendimento. Além disso, a gestão operacional do benefício apresenta um aspecto peculiar na modalidade de credenciamento, uma vez que a cesta básica é composta por diversos itens, e várias empresas podem ser credenciadas para fornecer os produtos necessários. Esse modelo, embora gere múltiplos fornecedores, não compromete a execução do benefício, pois cada empresa fornecerá os itens previamente definidos e, com base nas diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Assistência Social, será responsável por garantir a qualidade e a entrega dentro das especificações requeridas. Embora a montagem das cestas envolva a união de diversos itens fornecidos por diferentes empresas, esse processo é simplificado pela padronização das especificações e pela logística planejada.

Outro ponto crucial é a impossibilidade de armazenar os itens adquiridos pela Secretaria, devido à ausência de infraestrutura adequada, especialmente para alimentos



perecíveis, como a proteína de frango, que requer condições específicas de congelamento. O fornecimento integral e contínuo pela contratada elimina essa necessidade e garante que os produtos sejam entregues diretamente aos beneficiários em condições apropriadas, evitando desperdícios e garantindo a integridade dos alimentos.

Portanto, o não parcelamento da contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a padronização e a qualidade das cestas básicas, pela eficiência operacional e logística, e pela otimização dos recursos públicos. Essa estratégia promove o atendimento pleno às finalidades do PBE, garantindo a dignidade das famílias beneficiadas e a efetividade das políticas de segurança alimentar no município de Dois Vizinhos.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

O demonstrativo dos resultados pretendidos com a contratação integral das cestas básicas no município de Dois Vizinhos destaca ganhos significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A ampla participação incentivada pela modalidade credenciamento possibilita a contratação de empresas especializadas, com capacidade técnica e infraestrutura adequadas, eliminando custos adicionais relacionados ao armazenamento, transporte e distribuição das cestas.

Além disso, a entrega direta e contínua dos itens pelas contratadas reduz a necessidade de alocar recursos humanos da Secretaria de Assistência Social em atividades logísticas, permitindo que esses servidores se concentrem em ações estratégicas e no acompanhamento socioeducativo das famílias beneficiadas. A terceirização do armazenamento, especialmente para itens perecíveis, também elimina a necessidade de investimentos em infraestrutura, como aquisição de equipamentos e manutenção de espaços físicos, gerando economia e eficiência operacional.

Do ponto de vista material, o modelo proposto garante a padronização dos produtos fornecidos, evitando variações que poderiam comprometer a qualidade nutricional das cestas básicas. Essa uniformidade reflete diretamente na eficácia do benefício, assegurando que todas as famílias recebam alimentos adequados e em condições apropriadas para consumo.

Portanto, a contratação integral visa alcançar resultados econômicos expressivos, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis, enquanto melhora a eficiência administrativa e operacional da Secretaria de Assistência Social. A medida não apenas promove a economicidade e a racionalidade na gestão pública, mas também assegura a continuidade e a qualidade do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo a política de segurança alimentar no município.

Os bens objeto desta contratação, especificamente as cestas básicas compostas por alimentos e itens essenciais, são classificados como bens comuns, conforme o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Essa classificação decorre do fato de que os produtos que integram as cestas básicas possuem especificações amplamente conhecidas e padronizadas no mercado, sendo possível identificar suas características objetivas, como qualidade, composição e embalagem, sem demandar avaliações técnicas complexas ou critérios de julgamento subjetivos.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA

**FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)**

Nesta fase de planejamento da contratação foi identificada a necessidade de elencar o fornecimento de cestas básicas como contínuo no município após análise do histórico de distribuição do benefício, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.
- CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A contratação para a aquisição e distribuição de cestas básicas pode gerar impactos ambientais relacionados ao transporte, ao descarte inadequado de embalagens e ao armazenamento dos itens. Entre os principais impactos está a emissão de gases de efeito estufa (GEE) provenientes dos veículos utilizados na logística de entrega, o que contribui para o aquecimento global e a poluição do ar. Além disso, o volume significativo de embalagens, como plásticos, papéis e caixas, pode gerar resíduos sólidos que, se descartados de maneira inadequada, podem contaminar o solo e os recursos hídricos. Para mitigar esses impactos, diversas medidas serão adotadas.

No que se refere ao transporte, recomenda-se que a empresa contratada priorize o uso de veículos com manutenção regular e que operem com combustíveis de menor impacto ambiental, como o biodiesel. Caso seja necessário, a logística deve ser planejada para otimizar as rotas de entrega, reduzindo a quilometragem percorrida e, consequentemente, as emissões de poluentes.

Em relação às embalagens, será exigido que a contratada utilize materiais recicláveis ou biodegradáveis sempre que possível, além de adotar práticas que minimizem o uso excessivo de embalagens. Também será incentivada a implementação de ações de conscientização junto aos beneficiários sobre o descarte correto dos resíduos gerados, promovendo a separação para reciclagem e a redução de lixo.

Por fim, a empresa deverá garantir que o armazenamento dos itens perecíveis, como proteínas, seja realizado de forma adequada, respeitando as normas de conservação e higiene, evitando desperdícios e impactos relacionados ao descarte de produtos estragados. Essas medidas asseguram que a execução da contratação minimize os impactos ambientais, contribuindo para uma gestão sustentável e responsável dos recursos públicos e naturais.

CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)



A contratação de cestas básicas por meio de credenciamento apresenta-se como a solução mais adequada e eficiente para atender à necessidade de segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos. A proposta está em conformidade com os princípios e diretrizes legais, garantindo economicidade, transparência e qualidade na utilização dos recursos públicos.

Ao considerar a impossibilidade de armazenamento e distribuição interna pela Secretaria de Assistência Social, a contratação de uma empresa especializada assegura a padronização e a qualidade dos itens fornecidos, elimina gargalos logísticos e proporciona uma resposta ágil às demandas emergenciais. A exigência de um ponto de entrega no município e a entrega direta aos beneficiários garantem a eficiência operacional e o atendimento humanizado, promovendo o acesso adequado aos benefícios.

Além disso, o modelo licitatório fomenta a ampla concorrência, otimizando custos e condições contratuais, enquanto a adoção de medidas ambientais mitigadoras reforça o compromisso com a sustentabilidade. O atendimento às especificações técnicas e nutricionais das cestas básicas assegura o cumprimento dos objetivos do Programa de Benefícios Eventuais, fortalecendo a política de assistência social e contribuindo para a promoção da dignidade humana e da justiça social.

Dessa forma, a contratação proposta não apenas atende plenamente à necessidade identificada, mas também promove um impacto positivo na qualidade de vida das famílias beneficiadas, consolidando-se como uma estratégia eficaz, ética e responsável para a administração pública.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Se trata da aquisição de bens comum de forma contínua.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de Procedimento Auxiliar: Credenciamento, Art. 79, Inciso II.

Critério de julgamento: Habilitação

O credenciamento, previsto no artigo 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é uma modalidade de seleção especialmente adequada para a aquisição de cestas básicas, pois possibilita a participação de múltiplos fornecedores que atendam aos critérios previamente estabelecidos pela Administração Pública.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;



Atestado de Capacidade Técnica: Este documento é exigido para comprovar que o fornecedor possui experiência prévia e capacidade operacional para atender às especificações técnicas do objeto contratado. O fornecimento de cestas básicas, especialmente aquelas que incluem itens perecíveis como proteína de frango, exige estrutura logística e operacional adequadas, incluindo armazenamento e transporte em condições que preservem a integridade e a qualidade dos alimentos. O atestado garante que a empresa já tenha atuado com sucesso em demandas semelhantes, minimizando riscos de execução inadequada e garantindo a entrega dentro dos padrões estabelecidos.

Licença Sanitária: A apresentação de licença sanitária válida é uma exigência que visa assegurar que os fornecedores estão em conformidade com as normas de saúde e segurança alimentar estabelecidas pelos órgãos competentes. A inclusão de itens alimentícios nas cestas básicas requer rigor no cumprimento de padrões sanitários para evitar contaminações e prejuízos à saúde dos beneficiários. Essa exigência também assegura que os fornecedores possuem instalações adequadas, sejam elas para armazenamento ou manuseio dos produtos, promovendo a confiança na qualidade dos alimentos entregues.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Risco Identificado	Dano Potencial	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Fornecedores não credenciados suficientes	Dificuldade em atender a demanda, causando atrasos na entrega das cestas básicas.	Realizar ampla divulgação do edital de credenciamento para atrair maior número de fornecedores.	Contratar emergencialmente fornecedores adicionais ou rever os critérios de credenciamento.
Qualidade inadequada das cestas básicas	Insatisfação dos beneficiários e possível descumprimento do objeto do contrato.	Estabelecer critérios rigorosos de qualidade no edital e realizar inspeções periódicas durante a entrega.	Suspender entregas de fornecedores que não atendam aos requisitos e acionar outros credenciados.
Atrasos na entrega por parte dos fornecedores	Comprometimento do cronograma de distribuição das cestas básicas.	Definir prazos claros no contrato e incluir penalidades por atrasos.	Realocar a demanda para outros fornecedores credenciados para suprir a entrega pendente.
Oscilações de preços no mercado	Aumento de custos e inviabilidade financeira para os	Prever reajustes contratuais baseados em índices oficiais de preços.	Renegociar com os fornecedores ou realizar novo



Risco Identificado	Dano Potencial	Ações Preventivas	Ações de Contingência
	fornecedores credenciados.		credenciamento com valores atualizados.
Falhas no planejamento logístico	Entregas em locais ou horários inadequados, causando transtornos aos beneficiários.	Planejar a logística com antecedência e detalhar as condições no contrato.	Ajustar rotas e horários em caso de falhas identificadas durante a execução.
Conflitos entre fornecedores credenciados	Disputas por áreas de entrega ou condições comerciais, dificultando a execução do contrato.	Estabelecer regras claras de atuação no edital e mediar conflitos sempre que necessário.	Redistribuir as áreas de atuação ou adotar mecanismos de rodízio para evitar sobreposição de fornecedores.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Tendo em vista a natureza da contratação, todo o processo terá caráter aberto

Dois Vizinhos, 20 de janeiro de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1

1. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/ibge-em-2023-8-7-milhoes-de-pessoas-deixaram-a-pobreza>

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ANEXO-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Slides-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf